



CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Demonstrações Contábeis Individuais em 31 de dezembro de 2024

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.
- Parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações divulgadas em 30/03/2025 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.



Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2025



Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

The logo for Corpore Invest, featuring the words "CORPORE" and "INVEST" in white, bold, sans-serif capital letters stacked vertically on a solid blue square background.

**CORPORE
INVEST**

A SUA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2024. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	31/12/2024	31/12/2023		NE	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		1.632	2.119	CIRCULANTE		39	66
Disponibilidades		68	1	Depósitos		0	0
				Outros Depósitos		0	0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	140	115	Outras obrigações	8	39	66
Carteira Própria		140	115	Cobrança e arrec. de tributos		2	0
Operações de crédito	5	1.407	1.695	Sociais e Estatutárias		0	0
Operações de crédito		1.416	1.708	Fiscais e Previdenciárias		33	62
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-9	-13	Diversas		4	4
Outros créditos	6	17	308	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	1.947	2.096
Adiantamento Imobilizado Fornecedores		0	0	Capital Social		1.947	2.096
Diversos		17	308	Capital		2.000	2.000
NÃO CIRCULANTE		354	43	Reserva de Lucros		-53	96
Operações de crédito	5	274	0				
Operações de crédito		316	0				
(-)Provisões p/ perdas esperadas associadas ao risco de crédito		-42	0				
Imobilizado	7	80	43				
Outras Imobilizações de Uso		362	305				
(-) Depreciações Acumuladas		-282	-262				
TOTAL DO ATIVO		1.986	2.162	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.986	2.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	NE	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>237</u>	<u>528</u>	<u>750</u>
Operações de crédito		223	507	317
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		14	21	12
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		0	0	421
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>-38</u>	<u>-60</u>	<u>3</u>
Operações de empréstimos e repasses		0	0	0
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-38	-60	3
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>199</u>	<u>468</u>	<u>753</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-166</u>	<u>-277</u>	<u>-307</u>
Rendas de tarifas bancárias		31	84	116
Despesas de pessoal	12	-77	-138	-117
Outras despesas administrativas	11	-120	-231	-208
Despesas tributárias	13	-15	-37	-47
Outras Receitas Operacionais		16	46	0
Outras despesas operacionais		-1	-1	-51
RESULTADO OPERACIONAL		<u>33</u>	<u>191</u>	<u>446</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-7</u>	<u>-7</u>	<u>7</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>26</u>	<u>184</u>	<u>453</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	10	<u>6</u>	<u>-46</u>	<u>-83</u>
Provisão para imposto de renda		6	-29	-55
Provisão para contribuição social		0	-17	-28
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>32</u>	<u>138</u>	<u>370</u>
Lucro por ação		0,0164	0,0709	0,1765

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>32</u>	<u>138</u>	<u>370</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>32</u>	<u>138</u>	<u>370</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2022	1.750	-	-	250	-	(275)	1.725
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	250	-	-	(250)	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	275	275
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	5	5
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	91	91
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	2.000	-	-	-	-	96	2.096
Mutações do Exercício	250	-	-	(250)	-	371	371
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2023	2.000	5	91	-	-	-	2.096
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	(5)	(91)	-	-	(53)	(149)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.000	-	-	-	-	(53)	1.947
Mutações do Exercício	-	(5)	(91)	-	-	(53)	(149)
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2024	2.000	5	91	-	-	105	2.201
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	(5)	(91)	-	-	(158)	(254)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2024	2.000	-	-	-	-	(53)	1.947
Mutações do Exercício	-	(5)	(91)	-	-	(158)	(254)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2024	01/01 a 31/12/2024	01/07 a 31/12/2023
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1 Lucro/Prejuízo do período	32	138	370
1.2 Ajustes por Depreciação	26	20	34
1.3 Ajustes por Provisão Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20	38	-3
2. Variação de Ativos e Obrigações	275	214	-401
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	77	-25	-9
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-86	-24	-168
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	305	290	9
2.4 Outros valores e bens	0	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	-14	-27	-233
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	-7	0	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	353	410	0
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	-57	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	-57	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-286	-286	0
5.1 Depósitos	0	0	0
5.2 Reversão de Ativo Diferido	-286	-286	0
5.3 Dividendos pagos/JCP	0	0	0
5.4 Capital Social/Reservas	0	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	67	67	0
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	1	1
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	68	68	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 31 de DEZEMBRO DE 2024 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., constituída em 14 de abril de 2005, autorizada inicialmente como Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno porte, conforme despacho do Banco Central do Brasil através do Ofício 33.571/2022-BCB/Deorf/GTREC de 23 de dezembro de 2022 com a aprovação das alterações abaixo especificadas:

- a) Mudança do objeto social para sociedade de crédito direto;
- b) Transformação em sociedade anônima;
- c) Mudança de denominação social para Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A.;
- d) Alteração do capital social para R\$ 2.000.000,00;
- e) Alteração contratual com aprovação do novo estatuto social.

A partir das alterações acima elencadas a Companhia passou a ter como objetivo social a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito de cobrança.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. As normas vigentes estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme as normas vigentes que tratam da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos



mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 14 de março de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.



A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.



i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 48 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

31 de dezembro de 2024

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo emitido relatório sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de março de 2024.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES

CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

**GUILHERME
LUIS**

SILVA:812467499

04

Guilherme Luis Silva

Socio Diretor

Contador CRC/SC 19.408/O-2

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=80672587000114,
OU=PRESENCIAL, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=
EM BRANCO, OU=AC Instituto Ferreira RFB,
CN=GUILHERME LUIS SILVA:81246749904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.03.31 17:09:04-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.4.0



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 48 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE